

PROCESSO - A. I. Nº 206933.0007/05-8
RECORRENTE - COMERCIAL DE CALÇADOS DA BAHIA LTDA.
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 4ª JFJ nº 0235-04/06
ORIGEM - INFAZ VAREJO
INTERNET - 03/01/2007

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO C/JF Nº 0528-12/06

EMENTA: ICMS. EXTINÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. PAGAMENTO INTEGRAL DO DÉBITO. Nos termos do artigo 156, inciso I, do CTN, extingue-se o crédito tributário com o pagamento total do débito pelo sujeito passivo, ficando, conseqüentemente, também extinto o processo administrativo fiscal, em conformidade com o disposto no inciso IV do artigo 122 do RPAF/99. Recurso **PREJUDICADO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto contra a Decisão da 4ª JFJ pertinente ao Acórdão 0235-04/06 que julgou Procedente em Parte o Auto de Infração em lide, lavrado em 28/12/2005, exige ICMS, no valor de R\$ 41.347,13, acrescido da multa de 70%, em decorrência:

1. falta de recolhimento do imposto, no valor de R\$39.408,83, relativo às operações de saídas de mercadorias tributáveis efetuadas sem a emissão de documentos fiscais e, conseqüentemente, sem o respectivo lançamento em sua escrita, apurado mediante levantamento quantitativo de estoques por espécie de mercadorias em exercício fechado de 2000;
2. omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de entradas de mercadorias não registradas, como imposto devido no valor de R\$1.938,30.

A Decisão de 1ª Instância, estampada no Acórdão nº 0235-04/06, de 11/07/06, manteve em parte a exigência fiscal, declarando a procedência parcial das infrações acima descritas, nos valores de R\$31.347,13 e R\$1.326,13, respectivamente, homologando o recolhimento efetuado pelo sujeito passivo quanto à infração nº 2. Não houve a interposição de Recurso de Ofício, face ao não atendimento das prescrições contidas no art. 169, I, “a”, I, do RPAF/99.

No Recurso Voluntário, que se restringe à 1ª imputação, o contribuinte inicialmente aduziu que houve cerceamento ao direito de ampla defesa por falta de descrição clara e precisa da acusação fiscal. No mérito, o apelo empresarial apontou diversos equívocos do levantamento fiscal quanto ao agrupamento e classificação das mercadorias que compuseram a auditoria de estoques, erros na apuração da base de cálculo e omissões da Decisão recorrida, postulando, ao final, pela anulação do item 1 da autuação.

A Procuradoria Estadual, através do Dr. João Sampaio Rego Neto, exarou Parecer nos autos, opinando pelo envio do processo para a revisão fiscal, visando verificar a materialidade das alegações do contribuinte em relação ao item 1 do Auto de Infração.

A Coordenação Administrativa do CONSEF anexou aos autos extrato contendo informações extraídas do Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária (SIGAT), informando que o Processo Administrativo Fiscal em discussão se encontra baixado por pagamento, atestando a quitação do Auto de Infração com os benefícios da Lei nº 10.328/06 (Lei de Anistia Fiscal).

VOTO

Restava em discussão no presente processo administrativo a exigência fiscal pertinente ao item 1 do Auto de Infração na qual o contribuinte foi acusado de falta de recolhimento do imposto relativo às operações de saídas de mercadorias tributáveis efetuadas sem a emissão de

documentos fiscais e, conseqüentemente, sem o respectivo lançamento em sua escrita, apurado mediante levantamento quantitativo de estoques por espécie de mercadorias em exercício fechado, ano de 2000.

Quanto a essa infração o contribuinte, após a Decisão da Junta de Julgamento Fiscal, optou pelo pagamento do imposto, desistindo expressamente do Recurso Voluntário interposto para auferir os benefícios da Lei nº 10.328/06 (Lei da Anistia Fiscal). Nos termos do art. 90 do RPAF/99, o pagamento do débito autuado ou notificado impõe à autoridade administrativa a homologação do recolhimento e o conseqüente arquivamento dos autos.

Assim, em razão do acima exposto considero PREJUDICADO o Recurso Voluntário interposto, pois o pagamento do débito extingue a lide e, em conseqüência, deve ser homologado os valores recolhidos pelo sujeito passivo.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, considerar **PREJUDICADO** o Recurso Voluntário apresentado e declarar **EXTINTO** o Processo Administrativo Fiscal relativo ao Auto de infração nº **206933.0007/05-8**, lavrado contra **COMERCIAL DE CALÇADOS DA BAHIA LTDA.**, devendo o processo ser remetido à repartição fiscal de origem para fim de homologação do pagamento e, posterior, arquivamento.

Sala de Sessões do CONSEF, 11 de dezembro de 2006.

TOLSTOI SEARA NOLASCO - PRESIDENTE/RELATOR

JOSÉ AUGUSTO MARTINS JÚNIOR – REPR. DA PGE/PROFIS